

Capítulo 10. Der Homer der reinen Vernunft razão e linguagem na Metacrítica de Hamann a Kant

Mario Spezzapria

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

SPEZZAPRIA, M. Der Homer der reinen Vernunft: razão e linguagem na Metacrítica de Hamann a Kant. In: HULSHOF, M., and MARQUES, U.R.A., eds. *A Linguagem em Kant, a linguagem de Kant* [online]. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2018, pp. 215-224. ISBN: 978-85-7249-010-8. Available from:
<http://books.scielo.org/id/kj9vm/pdf/hulshof-9788572490108-11.pdf>.
<https://doi.org/10.36311/2018.978-85-7249-010-8.p215-224>.



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

CAPÍTULO 10.

DER HOMER DER REINEN VERNUNFT: RAZÃO E LINGUAGEM NA *METACRÍTICA* DE HAMANN A KANT

Mario SPEZZAPRIA

Logo depois da ler a *Crítica da razão pura* (1781), Johann Georg Hamann (1730-1788) compõe um breve ensaio intitulado *Metacrítica sobre o purismo da razão*, que ele enviará ao amigo Herder em setembro de 1784¹. Aparentemente, trata-se de uma espécie de paródia do texto kantiano, rica em metáforas e analogias, estilisticamente muito complexa e, portanto, repleta de passagens difíceis de serem interpretadas. Hamann remete diretamente a muitos excertos do texto original kantiano, operando todavia algumas *alterações* muito significativas, e obtendo assim uma sensação muito forte de *estranhamento*. Essas operações não são casuais, e

¹ A *Metacrítica* foi publicada póstuma em 1800 no volume *Mancherlei zur Geschichte der metacritischen Invasion*. Hrsg. Von Friederich Theodor Rink. Königsberg: Friedrich Nicolovius, 1800. O texto se encontra em Hamann (1951, p. 281-289).

uma atenta análise do panfleto hamanniano revela uma interpretação da filosofia kantiana muito precisa e específica.

A tese principal da *Metacrítica* hamanniana é a denúncia do uso “purificado” da razão e, por outro lado, a simultânea afirmação da prioridade e anterioridade da linguagem sobre essa mesma razão; dito em outros termos, a constatação de que não há uma razão única, abstrata e universal, mas uma “racionalidade” que sempre se expressa numa língua particular, determinada em modos e formas diferentes, que são por sua vez ligados a condições históricos-ambientais bem precisas, e portanto, a determinadas *tradições*. O pano de fundo no qual a *Metacrítica* foi pensada é, em primeiro lugar, a reflexão que Hamann conduzia há vários anos – de maneira relativamente homogênea – sobre a natureza e a origem da linguagem e sobre a prioridade de certos aspectos do nosso conhecimento ligados a sensibilidade. Hamann enfrentou esses temas sobretudo nos anos sessenta e setenta do século XVIII com seu amigo Herder, com o qual manteve uma relação marcada por uma viva discussão.

Longe de ser uma análise desenvolvida em forma analítico-dedutiva dos conteúdos da *Crítica da razão pura*, a *Metacrítica* não deve ser considerada apenas uma simples contraposição das teses do “Mago do Norte” às teorias kantianas (se este fosse o caso, colocar-se-ia a questão da exatidão das avaliações hamannianas relativamente à interpretação do texto kantiano original); antes, a *Metacrítica* é uma proposta de leitura crítica, e é, simultaneamente, a exposição de algumas teses alternativas no que diz respeito à natureza da razão, as quais se tornam mais claras a partir da afirmação da natureza linguística da razão. É a partir dessas considerações, então, que no interior da *Metacrítica* algumas afirmações hamannianas aparentemente surpreendentes, se confrontadas exclusivamente com o texto kantiano (já que, de fato, elas não podem ser inferidas diretamente do desdobramento das argumentações kantianas), podem eventualmente adquirir maior sentido, se as colocarmos no quadro do debate pré-romântico e iluminista sobre o papel da linguagem nos processos de formação conceitual, debate que Kant conhecia e cujas referências se encontram nas reflexões e nas lições de antropologia.

Percorrendo novamente a tese geral de fundo sobre a abstração do “pretensão” purismo da razão em Kant e sobre a prioridade da linguagem, a análise do texto hamanniano talvez permita encontrar algumas indicações preciosas – embora em forma de breve acenos metafóricos e alusões pouco explícitos em uma primeira leitura, sobre o pressuposto da presença de um tema linguístico no interior da *Crítica da razão pura*.

Em um trecho particularmente interessante do seu pequeno ensaio, Hamann, citando as expressões kantianas “receptividade das impressões” (*Rezeptivität der Eindrücke*) e “espontaneidade dos conceitos” (*Spontaneität der Begriffe*) (KANT, 1911, p. 47), substitui o termo utilizado por Kant, *Eindrücke* (“impressões”), por *Sprache* (“linguagem”). Trata-se obviamente de uma alteração de grande interesse, um artifício retórico que Hamann utiliza, sabendo que a expressão teria sido imediatamente notada pelos leitores que conheciam o texto original kantiano. Essa expressão se encontra logo depois da ampla argumentação sobre a progressão dos “três purismos” presentes na *Crítica da razão pura*, depois da denúncia de que Kant teria operado um isolamento e abstração da razão:

Receptividade da linguagem [Sprache] e espontaneidade dos conceitos! – Desta dupla fonte de ambiguidade [*doppelten Quelle der Zweideutigkeit*] cria a razão pura todos os elementos da sua teimosia, da sua maneira de duvidar e da sua pretensão crítica; gera novos fenômenos e meteoros do horizonte versátil, através de uma análise, tão arbitraria como a síntese, da velha massa três vezes levedada: produz sinais e milagres com a todopoderosa e demolidora varinha mágica mercurial da sua boca ou com a bífida pena de ganso, apertada entre os três dedos silogísticos do seu punho hercúleo. (HAMANN, 1992, p. 143).

Aqui Hamann se refere, em primeiro lugar, ao equívoco fundamental, que na sua opinião estaria no fundamento da *Crítica*, um tipo de “ambiguidade”, de “duplicidade” (*Zweideutigkeit*), que consiste na *oposição* entre receptividade (da sensibilidade) e espontaneidade (do entendimento), uma cisão que, segundo Hamann, está no fundamento do próprio conceito kantiano “purificado” de razão:

Ora se a sensibilidade [*Sinnlichkeit*] e o entendimento [*Verstand*] brotam, como dois troncos do conhecimento humano, de uma única raiz comum, de tal modo que os objetos são *dados* através daquela e *pensados* através deste, para quê, então, uma separação tão violenta, inadmissível e obstinada daquilo que a Natureza uniu? Não será que ambos os troncos murcham e secam, por força de uma dicotomia e de uma cisão da sua raiz? Não conviria melhor à imagem do nosso conhecimento um único tronco com duas raízes, uma *em cima* no ar e outra *em baixo* na terra? (HAMANN, 1992, p. 145).²

De acordo com Hamann, trata-se de uma *divisão dúplice*: por um lado, tal divisão seria “impossível” e “arbitraria” (isto é, o resultado de um processo de *abstração*), já que os dois termos em questão, “sensibilidade” e “entendimento”, estariam sempre unidos (na “*natureza*”); por outro lado, essa cisão arbitrária da unidade real entre o elemento lógico/inteligível e material/sensível teria como consequência a afirmação de duas entidades distintas, que parecem aos olhos de Hamann completamente abstratas (se consideradas cada uma como algo subsistente por si mesmo). Assim sendo, essas duas entidades *consideradas enquanto separadas* seriam de alguma forma *não-vitais, estéreis*, improdutivas: “Não será que ambos os troncos murcham e secam, por força de uma dicotomia e de uma cisão da sua raiz?” (HAMANN, 1992, p. 145).

Mas voltemos à “unidade real” de sensibilidade e entendimento: segundo Hamann, essa se realizaria, somente na concretude da linguagem, composta de palavras que são “*objetos visuais e auditivos*”, feitos de “*sons e letras*” (*Laut und Buchstaben*):

Sons e letras [*Laut und Buchstaben*] são, portanto, formas puras *a priori*, nas quais não se encontra nada daquilo que pertence à sensação ou ao conceito de um objeto e são os verdadeiros elementos estéticos de todo o conhecimento humano e da razão [...] As palavras [*Wörter*] têm, portanto, um poder *estético e lógico*. Como *objetos visíveis e sonoros pertencem, com os seus elementos, à sensibilidade e à intuição*. Mas, segundo o espírito da sua *instituição e significação*, pertencem ao *entendimento* e aos *conceitos*. Por consequência, as palavras são tanto *intuições puras e empíricas quanto conceitos puros e empíricos: empí-*

² „[...] es zwei Stämme der menschlichen Erkenntnis gebe, die vielleicht aus einer gemeinschaftlichen, aber uns unbekanntem Wurzel entspringen, nämlich Sinnlichkeit und Verstand, durch deren ersteren uns Gegenstände gegeben, durch den zweiten aber gedacht werden.“ KANT (1911, p. 25).

ricos, porque as sensações visuais e auditivas atuam através delas; *pu-ros*, na medida em que o seu significado não é determinado por nada daquilo que pertence a essas sensações. As palavras, enquanto objetos indeterminados de uma intuição empírica, chamam-se, segundo o texto-base da razão pura, *fenômenos* estéticos: por conseguinte, de acordo com o eterno refrão do paralelismo antitético, as palavras, enquanto objetos indeterminados de conceitos empíricos, são *fenô-mentos* críticos, fantasmas, não-palavras ou a-palavras e é apenas por intermédio da sua instituição e da significação do seu uso que se tornam objetos determinados para o entendimento. Esta significação e a sua determinação procedem, como toda a gente sabe, da associação de um sinal *a priori* arbitrário e indiferente, mas *a posteriori* necessário e indispensável, com a própria intuição do objeto e, através deste laço repetido, o conceito, por intermédio do sinal verbal, enquanto intermediário da própria intuição, é comunicado, cunhado e incorporado no próprio entendimento. (HAMANN, 1992, p. 144-146).

Utilizando uma terminologia “kantiana”, Hamann pensa, assim, poder descrever como o elemento lógico e o elemento estético confluem *na palavra*, realizando assim a união *concreta* do real na sua objetividade, inteligibilidade e comunicabilidade. Em outras ocasiões, nosso autor define essa união real “hipostática” (consistente, substancial, concreta) ou “sacramental”, tendo como pressuposição sua concepção (de derivação teológica) da realidade como “hermenêutica infinita”.

Voltando agora à substituição/sobreposição operada por Hamann entre *Eindrücke* e *Sprache*, talvez seja possível entender com isso uma alusão ao fato de que Kant, além de não ter reconhecido a natureza da *linguagem* como o contexto real no qual a *sensibilidade* e o *entendimento* são unidos, além de ter oposto sensibilidade e razão, receptividade e espontaneidade, passividade e atividade, teria também colocado o domínio da linguagem no âmbito da passividade, exterior à esfera conceitual: ele teria separado linguagem e pensamento (BAYER, 1986; LEISS, 1981). Nesse sentido, Hamann estaria aqui indicando também os limites dessa posição e a distância da sua *própria* concepção de linguagem, segundo a qual a linguagem, além de ser o “lugar” onde estaria “guardado” todo nosso conhecimento na forma de tradições (a saber, de conteúdos estratificados historicamente), é, por outro lado, atividade, potência criadora, viva e

vital, que se realiza nas múltiplas formas do seu *uso* cotidiano, como uma contínua reelaboração daqueles motivos expressos pela tradição. Se na já citada metáfora da árvore do conhecimento, sentido e entendimento – abstratamente considerados separadamente – estão destinados a “secar” e “morrer”, ao contrário a linguagem, como lugar no qual ambos encontram sua síntese, seria, segundo Hamann, a expressão mais completa da vida que continuamente cria, ultrapassa os próprios limites, e seria abertura e disponibilidade infinita³.

Por sua vez, o processo da purificação operado pela filosofia kantiana, é apresentado como desenvolvimento histórico (e é, simultaneamente, uma espécie de “escada hierárquica”, do grau mais simples até o mais *refinado* de purificação):

A *primeira* purificação da filosofia consistiu, portanto, tentativa meio mal-entendida, meio malograda, de tornar a razão independente de qualquer tradição oral e escrita e da crença nessa tradição. A segunda é ainda mais transcendente e conduz nada menos que a uma independência da experiência e da sua indução quotidiana [...] O terceiro purismo, o mais elevado e, por assim dizer, empírico, refere-se pro consequente, ainda à linguagem, o único, primeiro e último organon e critério da razão, sem qualquer outro crédito que o da *tradução oral* e dos *usos e costumes*. (HAMANN, 1992, p. 142).

Inseridas no contexto mais geral de oposição às argumentações dedutivas racionalistas, verdadeiro cerne do pensamento hamanniano desde seus primeiros escritos juvenis (fim dos anos cinquenta/começo dos anos sessenta do século XVII), essas últimas afirmações devem ser consideradas como um convite a não limitar o valor da linguagem, composta de palavras enquanto “*objetos visíveis e sonoros*”, à sua significação lógico-analítica; ao contrário, a “autoridade” da palavras derivaria delas mesmas, da disponibilidade imediata para nossa compreensão (KNUDSEN, 1983; BAYER, 1992).

Na *Metacrítica*, porém, Hamann parece não se referir apenas à atividade linguística em geral. Ele acena a um “uso” criador e produtor

³ Essa concepção de razão linguística e de atividade hermenêutica é também o pressuposto das escolhas estilísticas hamannianas. É evidente que uma crítica às pretensões do uso analítico-dedutivo da razão implica que essa mesma crítica seja expressa em formas diferentes, e sobretudo que o leitor se torne participante do processo hermenêutico.

ainda *mais específico* das *palavras*: a capacidade “criadora” delas no que diz respeito à reflexão filosófica mesma. Hamann trataria desse uso “específico” no trecho seguinte, em que nosso autor expõe o que aconteceria na linguagem da *Crítica da razão pura*:

Ora, é possível, pergunta o *idealismo*, por um dos lados, encontrar o próprio conceito a partir da simples intuição de uma palavra? É possível tirar da *matéria* da palavra razão [*Vernunft*], das suas 5 letras ou 2 sílabas – é possível a partir da *forma* que determina a ordem destas letras e sílabas, descobrir algumas coisas acerca do *conceito* da palavra razão? Aqui responde a crítica com os seus iguais pratos da balança. Na verdade, existem nalgumas línguas maior ou menor quantidade de palavras, a partir das quais se podem criar *logogrifos*, *charadas* estranhas e *rebus* espirituosos, através de uma análise e de uma síntese de letras ou de sílabas em novas formas. Mas, então, trata-se de novas intuições e fenômenos de palavras, que coincidem tão pouco com o conceito da palavra dada, como com as diferentes intuições elas próprias. (HAMANN, 1992, p. 146-147).

Ora, nenhum trabalho kantiano sobre a palavra nos aspectos formais e materiais é explicitamente tematizado na *Crítica* nem diretamente deduzível a partir do próprio texto kantiano. Nota-se a transposição de *análise* e *síntese* do plano lógico-dedutivo da obra kantiana para o âmbito que podemos definir como “empírico-linguístico”. A questão dos limites dos juízos analíticos *a priori* e sintéticos *a posteriori*, e a possibilidade de pensar juízos sintéticos *a priori* como fundamento de um saber científico são negligenciados por Hamann, e a análise e a síntese são reconduzidas a um outro tipo de abordagem, ou seja, a um trabalho de reflexão a partir das palavras consideradas na sua materialidade, compostas de “letras e sílabas”. Hamann parece transferir o problema do incremento de novos conhecimentos (a saber: como se chega a ter *novos conhecimentos* a partir da experiência), para um plano estético-linguístico e – por assim dizer – “operacional” sobre as *palavras*, que teriam um poder positivo, construtivo e produtivo para o próprio pensamento filosófico. A reflexão, a ação do pensamento, não ocorrem no *conceito* “*Vernunft*”, e sim na palavra “*Vernunft*” intuída. Implicitamente, Hamann estaria remetendo, portanto, a uma atividade “criadora-produtora” da palavra. À pergunta sobre como se forma, a

partir da palavra, seu conceito, ele responde que, evidentemente, não pode ser deduzido da *forma* linguística da palavra mesma, menos ainda da sua *materialidade*, especialmente se são considerados separadamente.

Assim, Hamann parece voltar a enfrentar novamente uma questão de *método*. Assim como o método dedutivo não lhe parece adequado para entender a essência da linguagem, ele afirma que aplicando *análise* e *síntese* à “forma e matéria” da *linguagem* podem se obter apenas novas formas/aparências linguísticas (“fenômenos de palavras”), não unidas a um novo conceito. Ou seja, utilizando os processos de análise e síntese na acepção “lógico-dedutiva”, nunca conseguimos entender como o conceito pode se encontrar sempre unido à “forma-matéria” das palavras, como essa atividade de “unificação” ocorre.

De toda forma, não se trataria *apenas* de uma questão de método. Nesse trecho estaria presente sobretudo uma alusão ao processo genético de formação dos conceitos (sob a ótica de interdependência entre linguagem-palavra e pensamento), que na perspectiva hamanniana são sempre conceitos “de uma palavra dada”, ou seja, conceitos-palavras (nota-se, com efeito, nesses trechos citados uma certa dificuldade de formulação por parte de Hamann, devida ao fato de que, ao nomear “intuição”, “conceito”, “matéria” e “forma”, ele os deve considerar separadamente, como se tivessem uma autonomia relevante, ao passo que, na realidade, segundo o nosso autor eles de fato se encontram unidos somente nas palavras).

Por outro lado, segundo Hamann (segundo a “paródia” que Hamann faz do texto kantiano), Kant também teria colocado a questão no sentido oposto, teria se perguntado se não seria possível derivar a *intuição* da palavra *Vernunft*, na sua “materialidade sensível”, do seu conceito:

É possível, além disso, pergunta o *idealismo*, pelo outro lado, encontrar, a partir do entendimento, a intuição empírica da uma palavra? É possível, a partir do conceito de razão [*Vernunft*], encontrar a matéria do seu nome, isto é, 5 letras ou 2 sílabas na nossa ou em qualquer outra língua? Aqui um dos pratos da balança insinua um categórico Não! Não seria possível, porém, a partir do conceito deduzir, na palavra, a forma da sua intuição empírica, forma, em virtude da qual das duas sílabas uma fica *a priori* e outra *a posteriori* sendo as suas 5 letras intuídas numa determinada relação ordenada? Aqui ronca o Homero da razão

um tão sonoro Sim! como supostamente Hans e Greta aos pés do altar, porque sonhou em espírito que descobriu já o *caráter universal*, até agora procurado, *de uma língua filosófica*. (HAMANN, 1992, p. 147).

Em conclusão, na *Metacrítica* Hamann faz essencialmente duas operações: em primeiro lugar, ele sustenta a tese de que Kant teria ignorado a natureza fundamentalmente linguística da razão. A linguagem seria reduzida apenas a mero instrumento passivo (lembramos da expressão que Hamann utiliza: “receptividade da linguagem”), e sua natureza ativa, criativa, não seria reconhecida. Em segundo lugar, propõe *sua própria* concepção de linguagem, como verdadeiro “a priori” originário, no qual o momento lógico e momento estético/sensível convergem numa unidade essencial que a concepção kantiana de razão *pura* desconheceria.

REFERÊNCIAS

- BAYER, O. Vernunft ist Sprache. Kerigma und Dogma. *Zeitschrift für Theologische Forschung und Kirchliche Lehre*, [s. l.], 32, p. 278-292, 1986.
- BAYER, O. Laut und Buchstabe – Raum und Zeit. Hamanns Metakritik der transzendentalen Ästhetik Kants. *Archivio di Filosofia*, v. 60, p. 449-457, 1992.
- HAMANN, J. G. Excertos de Metacrítica sobre o purismo da razão. Tradução de Maria Filomena Molder. In: GIL, F. (coord.). AA.VV. *Recepção da Crítica da razão pura*. Antologia de escritos sobre Kant (1786-1844). Prefácio de Oswaldo Market. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1992. p. 139-153.
- HAMANN, J. G. Metakritik über den Purismus der Vernunft. In: HAMANN, J. G. *Sämtliche Werke*. Historisch-kritische Ausgabe von Josef Nadler. Wien: Verlag Herder, 1951. p. 281-289. . Band III: Schriften über Sprache, Mysterien, Vernunft: 1772-1788.
- KANT, I. Kritik der reinen Vernunft. In: KANT, I. *Gesammelte Schriften*. Herausgegeben von der Königlich Preußischen Akademie der Wissenschaften. Band IV. Berlin: Reimer, 1911. p. 1-252.
- KNUDSEN, C. Das gewisse Wort. Johann Georg Hamanns Sprachtheorie zwischen Tradition und Vernunftkritik. *Cahiers de l'institut du Moyen-Âge grec et latin*, v. 44, p. 86-101, 1983.
- LEISS, E. Die Vernunft ist ein Wetterhahn. Johann Georg Hamanns Sprachtheorie und die Dialektik der Aufklärung. *Zeitschrift für germanistische Linguistik*, [s. l.], v. 19, p. 259-273, 1991.

RINK F. T. (Hrsg.) *Mancherlei zur Geschichte der metacritischen Invasion*. Königsberg:
Friedrich Nicolovius, 1800.